

Ciência, gênero e sexualidade

Kenneth Camargo
Fabíola Rohden
Carlos Cáceres

Introdução.

Uma das características mais marcantes da modernidade é a vida sob a égide da ciência. Tanto numa dimensão material, onde produtos tecnocientíficos ocupam cada espaço da vida cotidiana, quanto num nível simbólico, enquanto princípio geral de explicação e referencial último do conhecimento confiável, dificilmente se poderia superestimar sua importância. Até mesmo na linguagem corrente, vê-se com frequência a associação entre palavras como científico, verdadeiro, real, como se sinônimos fossem.

Por outro lado, ao menos desde a década de sessenta do século passado e cada vez de forma mais intensa, críticas à perspectiva da ciência, também nestas duas dimensões, têm-se feito presentes. Ameaças ao ambiente e à própria sobrevivência da espécie humana, bem como a suposta desumanização das relações sociais são atribuídas, com ou sem razão, ao domínio material e simbólico do pensamento científico.

Em parte talvez por conta desta reação ao domínio da ciência, neste mesmo período uma perspectiva filosófica crítica começa a desenvolver-se, tendo como um de seus marcos a publicação em 1962 de um dos livros de maior repercussão no século XX, “A estrutura das revoluções científicas”, de Thomas Kuhn (maiores detalhes na próxima seção).

Enquanto que teorias filosóficas precedentes preocuparam-se sobretudo com a criação de um critério de demarcação que separaria o que é ciência daquilo que lhe seria estranho, num reconhecimento implícito da sua primazia epistemológica, Kuhn ofereceu um modelo que abriu a perspectiva de estudar a ciência como uma atividade social e cultural, aberta à crítica e compreensão geral.

Na trilha aberta por Kuhn, sociólogos e antropólogos, além de historiadores e filósofos,

debruçaram-se sobre a atividade de cientistas, buscando descrevê-la e compreendê-la para além do discurso de apresentação de seus próprios atores principais, os cientistas.

Nos últimos trinta anos, esta perspectiva crítica foi confrontada por cientistas de áreas “duras”, surgindo as chamadas “Guerras da Ciência”, contrapondo uma visão da ciência como atividade de descoberta da estrutura última da realidade às várias concepções abarcadas pelo rótulo da ciência como “construção social”. No último campo, uma leitura política a partir da década de setenta e de autores como Foucault trouxe perspectivas críticas, entre outros aspectos, sobre como visões patriarcais e heteronormativas teriam se entricheirado na produção da ciência, transformando em fato científico aquilo que seria, a priori, uma perspectiva ideológica. Alguns cientistas contra-atacaram, afirmando que a perspectiva construcionista negaria qualquer materialidade aos objetos da ciência, reduzindo-a à produção de discursos e manobras retóricas.

Anos mais recentes têm assistido a tentativas de rever esta polarização danosa, tentando incorporar ao mesmo tempo uma visão que relativiza a ideia de uma autoridade final da ciência, mas também sem deixar de lado inegáveis ganhos aportados pelo empreendimento técnico-científico. Um autor relevante neste contexto é Ian Hacking, filósofo canadense que escreveu em 1999 um livro cujo título já expressa sua posição no debate: *The social construction of what?* Nesta obra Hacking tenta se desvencilhar da polarização, mostrando que as diversas perspectivas abarcadas sob a rubrica “construção social” têm em comum um ponto de partida: o objeto definido como socialmente construído é tido como um dado perene da natureza, mas seria na verdade contingente, tendo uma história e poderia, portanto, ter sido constituído de outra forma. Mais que isso, essas perspectivas assumem que o estado atual de tal objeto é indesejável, produziria consequências nefastas para as pessoas, e ao apontar a perspectiva construcionista se estaria na verdade buscando a instabilização de tais objetos com vistas à sua reforma, em versões mais brandas, ou à sua completa eliminação, numa chave mais radical/revolucionária.

Os objetos que nos interessam neste texto são os sistemas relacionais de gênero que estruturam

interações entre homens e mulheres em diversas culturas, bem como as ideologias sexuais associadas a tais sistemas. Em momentos históricos anteriores, ainda com ecos no presente, o pensamento religioso foi o principal regulador destes sistemas de interação, através de suas instituições.

Com a introdução da perspectiva da ciência, a partir do renascimento, sua autoridade passa progressivamente a se estender sobre vários domínios da vida humana, como já foi mencionado no início do texto, e as concepções científicas sobre o que seria a “natureza humana” não poderiam deixar de incluir as esferas do gênero e da sexualidade, tomando progressivamente, ainda que incompletamente, o controle das mãos da religião organizada.

Sendo assim, as definições científicas sobre sexualidade e gênero passam a definir o que é aceitável ou não, patologizando e/ou criminalizando o que se enquadra no segundo caso. Ao examinar tais definições sob o prisma da construção social da ciência, buscaríamos desvelar os componentes ideológicos, ligados às relações de poder, mascarados pela autoridade da ciência, contribuindo para a sua instabilização e, espera-se, substituição por formas eticamente mais defensáveis de conceber estas questões.

Antes de chegar a isso, contudo, é necessário um exame mais detalhado do próprio empreendimento científico, aplicando ao mesmo o ferramental crítico dos *science studies*, o que fazemos a seguir.

História e filosofia da ciência: uma introdução.

O que é “ciência”, afinal? O objetivo desta seção do texto é oferecer uma resposta, ainda que incompleta e esquemática, desta pergunta fundamental. Para isto, faremos uma rápida digressão histórica, necessária para compreensão adequada dos problemas relacionados ao que parece uma simples questão de definição.

Embora a origem histórica de disciplinas claramente tidas como científicas no presente, como a astronomia, por exemplo, se perca nos primórdios da própria história escrita da humanidade, aquilo que

poderíamos chamar de ciência moderna tem seu marco consensual¹ na transição entre modalidades epistemológicas que teve lugar na transição da Alta Idade Média para o Renascimento (Hall, 1988).²

Ao contrário do saber convencional herdado, que aponta a Idade Média como um período de desenfreado misticismo irracional, diversas inovações tecnológicas (como na metalurgia, construção civil e na produção de vidros, das quais são testemunha as catedrais góticas européias) surgiram neste período. Também é na Idade Média que surge a Universidade, e com ela processos de formação acadêmica que traziam currículos padronizados (compostos por *trivium* – gramática, dialética e retórica – e *quadrivium* – aritmética, música, geometria e astronomia) sob a égide da teologia, a rainha das ciências naquele período histórico. Do ponto de vista filosófico, o grande empreendimento no mundo Ocidental foi a síntese efetivada por Tomás de Aquino entre a filosofia Aristotélica e os preceitos religiosos cristãos, formando o tomismo, filosofia oficial da igreja católica até o presente (Koyré, 1991).

Neste complexo sistema de pensamento o que chamamos hoje em dia de Universo era concebido como Cosmo, fechado e heterogêneo, geocêntrico, com uma fronteira definida pela órbita lunar, além da qual estaria o domínio do eterno e perfeito, e aquém da mesma a esfera da transitoriedade e imperfeição. Resulta daí que qualquer apelo a instâncias empíricas como fundamento epistemológico seria indevido; nossos próprios sentidos são falhos e tudo a que estes têm acesso é exatamente um mundo ele mesmo epistemologicamente infiel e traiçoeiro, que jamais daria acesso à Verdade. Sendo os humanos criados à imagem e semelhança de seu criador, segundo este pensamento, é naquilo que os aproxima dele que se pode encontrar o fundamento sólido do conhecimento confiável, pela introspecção e pela exegese dos textos sagrados. Segue-se, portanto, que o critério máximo de referência epistemológica é a Razão. E entre os humanos há especialistas evidentes na produção de

1 Ou nem tanto – vide Shapin (1996)

2 Esta é uma história ligada à história da Europa, onde aquilo que chamamos de “ciência” no presente tem sua origem. Isto não significa que outros povos e outras culturas não tenham desenvolvidos saberes e tecnologias até mais avançados que seus contemporâneos europeus, mas simplesmente não fazem parte da linhagem que se descreve neste texto, o que não é, evidentemente, isento de problemas.

interpretações corretas – o clero, intermediador entre a palavra divina e a existência humana (Koyré, 1991).

Um dos produtos mais robustos deste modelo é o sistema astronômico Ptolemaico. Como já mencionado, a astronomia tem raízes que se estendem para além da história conhecida. Múltiplas necessidades de povos antigos – navegação à noite, estabelecimento de ciclos temporais (calendários) essenciais para a agricultura, por exemplo, e mesmo a previsão astrológica – estimularam o desenvolvimento precoce (e múltiplo, veja-se por exemplo a avançada astronomia desenvolvida pelos Maias na América Central pré-colombiana) desta disciplina (Kuhn, 1992).

Seguindo a lógica de esferas supralunares perfeitas, o único movimento possível de ser executado por corpos celestes é o circular, eternamente igual a si mesmo. Mapeando-se as estrelas visíveis no céu à noite, juntamente com a Lua, ou o Sol durante o dia, as observações pareciam confirmar este preceito. Uma classe de objetos, contudo, denominados pelo vocábulo grego que os identificava como “errantes” – os planetas – seguem trajetórias estranhas, que parecem ir até um ponto no céu, regressar e depois continuar na direção anterior. Este movimento, denominado precessão, era explicado pela existência de epiciclos – círculos dentro de círculos – que gerariam a aparente anomalia. As observações do céu, feita com poucos instrumentos e com elevada margem de erro, não sugeriam erros do modelo (Kuhn, 1992; Koyré, 1991).

Em 1543 surge um livro (*De revolutionibus orbium coelestium*), publicado pouco antes de seu autor (Nicolau Copérnico, 1473-1543) falecer, oferecia uma representação alternativa ao sistema ptolemaico, colocando a Terra, e não o Sol, em seu centro. No prefácio do livro, esta decisão é apresentada de forma cautelosa como um dispositivo matemático que facilitaria o processo dos cálculos astronômicos, sendo geometricamente equivalente ao modelo ptolemaico (Kuhn, 1992; Koyré, 1991).

É com a chegada de um outro personagem quase icônico – Galileu Galilei (1564-1642) – com múltiplos interesses acadêmicos (astronomia, mecânica, matemática) que o modelo epistemológico da Idade Média torna-se seriamente abalado. Influenciado pelo pensamento Platônico e pelos

desenvolvimentos da arte de sua época (como por exemplo a redescoberta/reinvenção da perspectiva), Galileu introduz importantes inovações metodológicas nos processos de produção de conhecimento: a matematização e a experimentação. Subjacente a ambos estavam dois pressupostos metodológicos: um, a de que o criador do universo se expressaria em linguagem geométrica na sua criação, e que o modo privilegiado de acesso à Verdade sobre essa criação seria a observação, princípio compartilhado por outros autores, como Vesálio (1514-1564), geralmente considerado como o autor do primeiro tratado anatômico moderno, o *De humani corporis fabrica*, publicado no mesmo ano – 1543 – da primeira edição do *De revolutionibus* de Copérnico (Hall, 1988).

Galileu demole a barreira infra/supra lunar. Encontra imperfeições na Lua com seu telescópio, e afirma que os movimentos possíveis são o mesmo em qualquer parte do Universo. Afirma a necessidade da experimentação como forma de obter certeza, e ridiculariza os sábios escolásticos presos a seus textos, e o faz em livros sob a forma de diálogos, publicados em italiano, e não latim, a língua dos sábios. Estas operações epistemológicas co-produzem dois atores fundamentais, o sujeito (humano) do conhecimento e seu objeto, a Natureza. Para Galileu, e os que vieram a seguir, é desta última que pode surgir a certeza (Koyré, 1991).

Deve-se entender a condenação imposta a Galileu nesta perspectiva. Mais do que apenas a questão do heliocentrismo versus geocentrismo, a epistemologia galilaica é uma ameaça ao status quo teocrático, que se fundamenta na primazia hermenêutica do clero. O processo de Galileu, contudo, não foi mais que um acidente de percurso na história da ciência. Seguindo seus passos, Isaac Newton (1643-1727) produz a primeira grande síntese da história da Física contemporânea, ao deduzir leis de movimento que explicariam a queda de objetos na Terra e a trajetória de corpos celestes.

O desenvolvimento da Física ao longo dos séculos seguintes foi extraordinário e abrangente, ao ponto de levar um dos grandes nomes da disciplina na passagem do século XIX ao XX, William Thomson, Lord Kelvin (1824-1907) a afirmar, em 1900, que nada haveria de novo a ser descoberto na Física, restando apenas aperfeiçoar os métodos de mensuração...

O desenvolvimento de sua própria disciplina levaria à negação da afirmação de Lord Kelvin, mas praticamente desde os primórdios da ciência experimental moderna um desafio filosófico persistia. Formulado primeiramente por David Hume (1711-1776), o problema da indução, como veio a ser conhecido, colocava em questão o processo de generalização de achados a partir de experimentos ou observações, mesmo que múltiplas. Colocado em uma formulação familiar, o fato de um determinado observador (ou vários observadores) só identificar cisnes brancos ao longo de sua(s) vida(s) não dá a certeza de que todo cisne é branco (e, com efeito, existem cisnes negros).

Durante os dois séculos que separam Galileu de Kelvin esta objeção epistemológica não tem repercussões mais significativas no mundo da investigação científica. A efetiva separação disciplinar entre a filosofia e a ciência (a seu modo e em seu tempo, todos os pioneiros da ciência, como os já citados Galileu e Newton, mas também Descartes, Leibniz, Boyle e muitos outros, eram também filósofos; o surgimento da filosofia como domínio disciplinar independente só se daria com Kant – 1724-1804) provavelmente contribuiu para isto, mas certamente os sucessivos triunfos da ciência foram determinantes neste processo de desconhecimento ativo.

Com o desenvolvimento da mecânica quântica e da relatividade geral, contudo, as certezas da Física Clássica são colocadas em questão – e com elas o seu modelo epistemológico. Retrospectivamente, aquilo que parecia ser definitivamente esclarecido se tornava algo completamente novo a ser novamente explicado, levando pesquisadores a questionar novamente como se poderia obter conhecimento confiável.

Uma nova tentativa de resposta é dada por um grupo de pesquisadores austríacos, autodenominados de Círculo de Viena, que lançam em 1929 um manifesto propondo dois princípios básicos para a ciência:

- A experiência é a fonte de todo conhecimento;
- A análise lógica é o método preferencial de solução de problemas filosóficos (Klemke et al., 1998).

Como consequência, propunham a aplicação da lógica indutiva à ciência, aceitando a restrição proposta por Hume, e incorporando-a a seu modelo epistemológico, que veio a ser conhecido como positivismo lógico, contrapondo-o às formas de realismo até então prevalentes na filosofia das ciências.

Uma preocupação fundamental dos positivistas lógicos era a de como determinar o que seria de fato científico, objetivando expurgar da ciência qualquer influência metafísica (presente no realismo, por exemplo). O chamado critério de demarcação seria a “cerca” epistemológica que estabeleceria de uma vez por todas a fronteira entre a ciência e a não-ciência.

Apesar de importantes inovações epistemológicas em relação à filosofia da ciência que o precedeu, o positivismo lógico compartilhava com a mesma ao menos duas características importantes: a concepção de uma ciência única, sujeita a um conjunto compartilhado de procedimentos metodológicos, que cresceria pela constante acumulação de conhecimento.

Em 1934 um filósofo de origem austríaca, posteriormente radicado no Reino Unido, Karl Popper (1902-1994), publica seu primeiro livro, *Logik der Forschung* (A lógica da descoberta científica, na tradução para o português), com uma nova proposta epistemológica com importantes contrastes em relação ao positivismo lógico. Para Popper, a ciência se caracterizaria não por **comprovar** hipóteses ou teorias, mas por comportar mecanismos de **falsificação** das mesmas. Ao invés de comprovação experimental, teorias teriam sobrevivido aos testes colocados no caminho de seu desenvolvimento; hipóteses falsificadas deveriam ser abandonadas de uma vez por todas. Conjeturas e falsificação estariam na base do desenvolvimento histórico da ciência (Popper, 1989).

Apesar destas importantes diferenças contudo, Popper mantém pontos em comum com as teorias epistemológicas precedentes, em especial a concepção de uma ciência única, capaz de ser demarcada de modo claro, simples e definitivo da não-ciência, produzida pela associação entre empiria e a aplicação inflexível da lógica. Neste último ponto reside a diferença mais importante da epistemologia popperiana, ao propor um critério dedutivo de negação, em contraposição à lógica indutiva do positivismo lógico.

A publicação em 1962 da primeira versão de *The structure of scientific revolutions* (A estrutura das revoluções científicas) de Thomas S. Kuhn (1922-1996), físico tornado historiador e filósofo da ciência, traz importantes inovações ao debate. Para Kuhn, o sujeito cognoscente não é mais o indivíduo, mas comunidades de pesquisadores, com um importante componente extra-cognitivo, o paradigma, e a história das ciências é compreendida não mais como um crescendo contínuo de acumulação, mas uma sucessão de crises e revoluções. A ideia de um critério de demarcação único para todas as ciências é praticamente descartada.

Toda a história e filosofia da ciência até Kuhn – e incluindo o mesmo – está dividida em duas abordagens distintas, chamadas na literatura de língua inglesa de internalista e externalista. A primeira consideraria apenas a dinâmica interna de uma dada disciplina no seu desenvolvimento, enquanto que a última abarcaria as condições de produção do conhecimento científico, mas sem colocá-lo em questão. Ou seja, ao lidar com um dado marco histórico, como por exemplo o surgimento da termodinâmica, uma história internalista se concentraria no surgimento de conceitos de entropia, ou da lei de Boyle, ou dos passos técnicos da criação dos motores a vapor, enquanto que a abordagem externalista poderia analisar as pressões econômicas da Revolução Industrial como o estímulo para o desenvolvimento das primeiras, mas sem nenhuma análise crítica das teorias termodinâmicas em si.

Enquanto que seus predecessores, inclusive Popper, concentraram-se na prescrição de como deveria ser a ciência, Kuhn, com sua ênfase nos estudos históricos procurou a descrição de como as disciplinas se estruturaram. Mais ainda, o conceito de paradigma abria um horizonte de investigações sobre como componentes tidos como “externos” à ciência poderiam se traduzir na produção do seu próprio conteúdo. Na trilha aberta por Kuhn, surge na década de 70 do último século, em Edinburgh, um programa de investigação sobre a ciência que se autodenominou “Programa Forte” da sociologia das ciências, em contraposição ao que chamavam de “programa fraco”, representado por exemplo pela sociologia externalista de Robert K. Merton (1910-2003). Os proponentes deste programa desenharam um conjunto de regras epistemológico-metodológicas, entre as quais destacam-se o chamado princípio

de simetria (a descrição histórica de teorias científicas concorrentes deveria ser feita nos mesmos termos para as duas, e não partindo do princípio que uma teria triunfado por ser “correta”, e a outra “errada”) e o de causalidade social – a causa última do conhecimento seria a Sociedade (Latour & Callon, 1991).

Apesar de ter iniciado sua produção na área com um estudo classicamente associado ao Programa Forte, tendo inclusive sido publicado em co-autoria com um dos seus principais pensadores (Latour & Woolgar, 1979), Bruno Latour (1947-) vai progressivamente se afastar deste marco e criticar seus pressupostos, em particular o princípio de simetria, que, segundo ele, deveria ser ampliado de forma a incluir o que Latour chama de atores não-humanos (Latour, 1994).

É por estas portas abertas que vão se desenvolver os *science studies*, definidos de forma particularmente adequada pelo próprio Latour: "Há cerca de vinte anos, eu e meus amigos estudamos estas situações estranhas que a cultura em que vivemos não sabe como classificar. Por falta de opções, nos denominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos, antropólogos. Mas, a estas disciplinas veneráveis, acrescentamos sempre o genitivo: das ciências e das técnicas. Science studies é a palavra inglesa; ou ainda este vocábulo por demasiado pesado: 'Ciências, técnicas, sociedades'. Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quanto forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura." (Latour, 1994:8-9)

Sob o rótulo dos *science studies* (ou *science and technology studies*) albergam-se no presente uma pletora de autores e abordagens, não necessariamente coerentes ou mesmo convergentes, mas que teriam em comum os traços apontados por Latour.

Num pólo concentram-se autores que, a partir da leitura proposta pelo desenvolvimento histórico delineado acima, rejeitam qualquer especificidade epistemológica da ciência, vista apenas como um discurso ideológico de exercício de poder e controle. O próprio Latour adverte, num texto de 2005, sobre os riscos da apropriação conservadora da abordagem construcionista da ciência: pensada

originalmente como uma estratégia contra a apresentação de fatos científicos duvidosos como estáveis, como forma de defesa da sociedade contra o abuso ideológico da ciência, estas ferramentas estariam sendo utilizadas contra fatos bem estabelecidos, no sentido de desestabilizá-los na arena pública como estratégia de avanço de uma agenda reacionária, em áreas como os riscos do tabagismo para a saúde pública, as origens antropogênicas das modificações climáticas ou ainda na tentativa de impingir o discurso religioso criacionista como alternativa válida à teoria da evolução (Latour, 2004).

Onde isto nos deixa? A perspectiva da ciência como uma atividade humana, atravessada pela ideologia, poder e política, limitada pela própria linguagem, não exclui sua capacidade de gerar conhecimento confiável. Os desenvolvimentos tecnocientíficos carregam ganhos óbvios, como os avanços nas comunicações ou no tratamento de algumas condições severas, como a AIDS. O reconhecimento da “impureza” estrutural da ciência não a invalida, mas aumenta a responsabilidade dos seus praticantes quanto à redobrada vigilância epistemológica sobre seus achados. Este reconhecimento traz a necessidade constante do diálogo com a sociedade em geral, com profunda e sistemática reflexão sobre as repercussões do conhecimento produzido sobre as vidas das pessoas.

Isto não significa uma recusa à ciência, mas, como proposto por Boaventura de Souza Santos, entre outros, a aplicação da ciência contra ela própria como forma de limitar ao máximo seu uso como instrumento de exploração e dominação (Santos, 1989).

Gênero e ciência

Os chamados estudos de gênero e ciência têm se caracterizado como uma corrente que visa analisar a ciência a partir do referencial dos estudos feministas e de gênero e dos estudos sociais da ciência. Caracteriza-se por uma multidisciplinaridade, sendo integrada por filósofas, historiadoras, biólogas, antropólogas, etc. É pautada num questionamento profundo a respeito da ciência que foi produzida até hoje e na discussão sobre a possibilidade de se fazer uma ciência feminista.

Podemos dizer que na década de 1970 temos os primeiros trabalhos preocupados com a questão, embora tenhamos a referência a trabalhos anteriores como aqueles das pioneiras Antoinette B.

Blackwell que em 1875 refutava Darwin e propunha a igualdade entre os sexos ou Elisa Gamble, que em 1893, a partir de uma releitura de Darwin, dizia que as mulheres teriam evoluído mais (Citeli, 2001). Desde então podemos notar no campo a convivência, em paralelo, de duas principais vertentes. Uma primeira se caracteriza melhor pelo rótulo dos estudos sobre “mulher e ciência” e estaria circunscrita à preocupação de dar visibilidade à participação, contribuição e status das mulheres na ciência. A segunda vertente se denominaria mais propriamente de “gênero e ciência” e estaria dedicada a mapear as implicações do gênero para, e na produção da ciência (Citeli, 2001).

Uma outra maneira de definir esse campo seria por meio da distinção de três planos básicos de reflexão. O primeiro se refere à dimensão da prática ou do cotidiano da produção do conhecimento e seus atores, considerando a exclusão histórica das mulheres. Nesse plano têm destaque os estudos que mostram a ausência ou a pouca expressão feminina em vários campos do conhecimento seja através de pesquisas históricas seja por meio de diagnósticos realizados nas instituições, laboratórios, grupos de pesquisa ou publicações científicas, contemporaneamente.

O segundo plano diz respeito ao androcentrismo presente nos pressupostos e nos produtos da ciência. Este domínio se caracterizaria por uma discussão mais especificamente epistemológica, congregando trabalhos que têm sido muito profícuos em demonstrar o papel do gênero, enquanto categoria estruturante, e suas implicações para a produção do conhecimento científico.

O último plano de reflexão se detém no problema de como a ciência alimenta as hierarquias de gênero na sociedade mais ampla. Nessa linha trata-se de analisar as repercussões daquilo que é produzido como conhecimento verdadeiro e legítimo em vários domínios da sociedade, chamando a atenção para processos de reificação ou re-significação das noções associadas às marcas de gênero.

O que parece evidente considerando essas várias possibilidades de enquadrar essa produção analítica é que, se por um lado temos um certo diagnóstico inicial comum, de que o gênero influencia a ciência, por outro, há importantes divergências no que se refere ao grau de profundidade dos questionamentos e à própria forma de pensar a relação entre ciência e contexto social. As posições

variam no sentido de um amplo leque que vai desde a mais simples admissão da influência de alguns fatores “externos” no processo de produção do conhecimento até a discussão sobre a natureza mesma do projeto científico.

A partir da apresentação desses questionamentos mais gerais podemos entender a distinção entre uma corrente que pretende criticar o que seria uma “má ciência” e outra que se destina a problematizar a própria constituição da ciência moderna. Para os adeptos da primeira posição, a ciência feita até hoje é válida mas merece críticas e melhoramentos a partir do reconhecimento das suas contingências históricas e por exemplo, da ausência de certos grupos. Para esta perspectiva, os pressupostos gerais, e sobretudo a noção de objetividade, são válidos. Mas a ausência das mulheres impediu a promoção de uma visão de mundo mais complexa. Através da experiência enquanto mulheres, este grupo, como coletivo subordinado, teria a vantagem de ter sempre um ângulo extra de visão.

Outra chave de compreensão importante é que, ao se admitir que o conhecimento é contextual e situado, abre-se a possibilidade de reconhecer as influências do androcentrismo e sugerir a sua superação em prol do que seria uma ciência melhor. Esse caminho levaria também a duas possibilidades. Por um lado, a promoção de uma ciência una, objetiva, que seria cada vez melhor se incluísse as mulheres. Por outro, existe a prescrição de uma ciência cada vez mais plural que pudesse congrega múltiplas vozes ou vários ângulos de visão.

Já na linha daquelas/es que problematizam a constituição da ciência enquanto projeto mais amplo, o foco central é a afirmação de que a ciência que é feita até hoje é baseada em pressupostos androcêntricos. A separação instituinte entre fato e valor, que caracterizaria a ciência moderna, estaria associada a uma série de outras como cultura/natureza, sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção e masculino/feminino. Ou seja, enquanto há uma idéia comum de que a ciência é objetiva e neutra, o exame das categorias que estruturam a sua própria constituição evidencia uma forte marcação de gênero. Se o feminino, e sua concretização nas mulheres (mas não exclusivamente nelas, se

considerarmos, por exemplo, as classificações atribuídas a homens homossexuais), está associado a natureza, objeto, corpo, emoção e valor, só poderia estar alijado da produção científica, tal como é concebida tradicionalmente. Sob o primado da ciência objetiva e neutra, livre de valores, não haveria lugar para os sujeitos mulheres e para as qualidades associadas ao feminino.

Embora as críticas apontadas por esta perspectiva possam ser muito pertinentes, o que cabe questionar é se, de fato, podemos falar de um não comprometimento, por parte das mulheres, com relação à ciência feita até hoje. Para conceber que não estariam em nada envolvidas nesse projeto teórico e político teríamos que acreditar cegamente ou ingenuamente em uma separação de domínios. Mas admitindo a complexidade das interações sociais em múltiplos domínios e o próprio caráter relacional da constituição do gênero, somos obrigados a pensar que o projeto de conhecimento que desenvolvemos em nossa sociedade é também tributário da participação das mulheres. É claro que se trata de uma participação diferenciada em relação aos homens que, de maneira predominante, estiveram à frente do grande empreendimento científico. Mas, afinal, este empreendimento, contextual e localizado, é resultado da sociedade em que se insere, inclusive no que diz respeito a marcadores tradicionais de diferença como classe, raça/etnia e gênero.

Além de imaginar que as mulheres teriam estado de alguma forma alijadas do mundo que produziu essa ciência, poderíamos sugerir que seria problemático considerar que teriam uma experiência distinta e única a servir de base para uma nova forma de produzir conhecimento. A discussão gira em torno da possibilidade de imaginar experiências, valores, essências que fugiriam às tradicionais oposições que têm servido para organizar nossa forma de pensamento.

Embora muito já tenho sido escrito na linha de mapear a produção em torno de gênero e ciência,³ o trabalho da filósofa Sandra Harding (1986; 1993) continua sendo uma das referências mais importantes. A autora é especialmente lúcida ao distinguir três posicionamentos feministas: a) feminismo empirista, que concorda com o projeto da ciência mas denuncia o androcentrismo da má

3 Ver, por exemplo, o trabalho de C. Sardenberg (2002).

ciência; b) feminismo perspectivista, que defende um saber fundamentado no ponto de vista das mulheres e c) feminismo pós-moderno, para o qual as duas outras estratégias são questionáveis já que são “fundamentalistas” em alguma medida. O feminismo empirista incentiva a busca de uma ciência cada vez mais objetiva e capaz de suprimir os preconceitos de gênero. Foi bastante criticado em prol do desenvolvimento das duas outras linhas, nas quais vamos nos deter um pouco mais.

O feminismo perspectivista, a partir de uma ênfase na noção de conhecimento situado, defende que o feminismo pode oferecer uma compreensão mais complexa e menos distorcida da realidade. Com inspiração na epistemologia marxista, reconhecidamente politizada, propõe que não existe conhecimento neutro nem absolutamente objetivo e que todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento social específico. A questão não é simplesmente refletir a verdade mas problematizar o que se pode apreender da perspectiva que se tem através de diferentes ângulos. Nesse sentido, sugere-se que a visão dos grupos dominantes é sempre perversa e parcial, enquanto a dos dominados é fruto de uma luta política e epistêmica para escapar ou ver através da visão imposta. Essa perspectiva engajada, necessariamente, tem que se embasar em uma dupla-visão e por isso pode se tornar uma conquista. Para Nancy Hartsock (1986) as desigualdades de gênero operam no sentido de gerar experiências qualitativamente diferentes para homens e mulheres. Por meio desses ângulos de visão distintos seriam capazes de produzir conhecimento diferencialmente. Não se trataria de algo enraizado em diferenças biológicas mas sim resultado do padrão de relações de gênero em determinada sociedade (Harding, 1986; Sardenberg, 2002).

Quanto ao feminismo pós-moderno, se desenvolve especialmente a partir das críticas ao feminismo empirista e perspectivista. Salienta o quão problemático seria defender que o conhecimento se constrói contextualmente ao mesmo tempo em que argumenta a favor de um maior privilégio epistêmico das mulheres. Apesar da força crítica do perspectivismo, deixa de considerar adequadamente que o conhecimento produzido sempre será parcial e não necessariamente mais objetivo que outros pontos de vista em questão (Jane Flax, 1999). Além disso, uma universalidade da

experiência feminina é vista com desconfiança e também se critica a falta de clareza a respeito da distinção entre mulheres e feministas enquanto grupo privilegiado capaz de uma visão alternativa. As feministas pós-modernas apresentam uma mirada bem mais cética em relação à ciência herdeira do Iluminismo. Esse ceticismo explicaria porque Harding (1986) sugere que no caso de feminismo empirista e do feminismo perspectivista teríamos duas propostas de solução enquanto no caso do feminismo pós-moderno, tratar-se-ia mais propriamente de uma agenda de discussão em torno da relação entre ciência, objetividade e política feminista.

Nesse cenário de impasses, D. Haraway (1995) tem aparecido como outra forte referência, afirmando que se todos os conhecimentos são situados e parciais isso não significa ter de abandonar completamente a busca pela objetividade. O fundamental seria buscar novos critérios de relação com o real. O seu conceito de objetividade corporificada caminha nessa direção. Ao reexaminar a metáfora da visão e sua relação com a neutralidade e objetividade, tão importantes na nossa ciência, insiste em sua parcialidade e corporalidade. Defende que uma visão é necessariamente localizada e politizada, seja ela orgânica ou instrumentalizada pela tecnologia ou por aparatos teóricos e metodológicos. O investimento deveria ser na promoção da responsabilidade dessas visões sempre comprometidas.

Mantendo as devidas distinções, é possível sugerir que esta busca de uma visão politicamente responsável, é também a proposta central de Harding (1993). Ao questionar a universalidade das experiências das mulheres, argumenta que uma solução possível seria renunciar à meta da unidade das experiências sociais em prol de uma estratégia de solidariedade de objetivos possivelmente comuns. Nesse sentido, cada epistemologia alternativa, seja ela feminista, terceiro-mundista, homossexual ou operária, indicaria as condições históricas que produziram as oposições conceituais a serem superadas. Contudo, cada uma delas não gera conceitos ou objetivos políticos universais.

É interessante que uma das contribuições mais relevantes no panorama dos estudos de gênero e ciência tem vindo exatamente de um grupo específico. Trata-se de um número importante de biólogas que passam a questionar a produção científica a partir de dentro, da sua própria interação com teorias,

métodos e papel social enquanto cientista. A. Fausto-Sterling (1992; 2000), R. Bleier (1997), R. Hubbard (1997), L. Birke (1986), D. Haraway (1995), N. Oudshoorn (1994) e M. Wijngaard (1997) são todas cientistas com formação no campo das ciências naturais que vão se interessar em rever a história do gênero na biologia da diferenciação sexual e mostrar como aquilo que é largamente definido como dado biológico imutável está permeado pelas concepções de gênero dominantes em nossa sociedade. Esta perspectiva tem sido bastante poderosa nas análises que tem produzido e, certamente, abre novas portas tanto para a investigação da produção científica “tradicional” quanto para o aprofundamento do debate teórico sobre gênero e sobre nossos marcantes dualismos.

Cabe ainda mencionar que uma das principais contribuições desse grupo tem sido mostrar que a separação política operada por algumas correntes feministas a partir da década de 1960 entre o domínio do sexo e o que mais tarde seria chamado de gênero tem tido conseqüências bastante complexas. Naquele momento era importante enfatizar os aspectos históricos e sociais do gênero e ignorar estrategicamente o domínio biológico, que acabou ficando a cargo dos cientistas, especialmente biólogos e endocrinologistas. As teóricas do gênero não tratavam da biologia, ou melhor, admitiam o biológico como dado, trabalhando apenas com os fatores culturais.⁴ Essa separação hoje em dia é questionada em prol de um aprofundamento analítico que tem permitido significativas reconsiderações no que se refere à construção do sexo, do gênero e da sexualidade na ciência.

Sexualidade e ciência

A relação entre sexualidade e ciência pode ser analisada de maneiras em parte similares e em parte distintas às da relação entre gênero e ciência. Uma delas partiria, naturalmente, de uma análise histórica da geração do conhecimento sobre a sexualidade. Neste marco, as colocações do filósofo pós-estruturalista Michel Foucault no sentido de que a sexualidade é um discurso moderno sobre o erótico/sexual (e não um atributo da biologia, ou uma descrição ‘científica’ sobre tal suposto atributo) tiveram uma grande influência nos debates dos anos setenta e oitenta e de algum modo marcaram a

⁴ Ver Fausto-Sterling (2000) e Wijngaard (1997).

reflexão sobre sexualidade dos últimos trinta anos.

Sem dúvida, Foucault foi (sobretudo através de sua “História da Sexualidade” –1976) um dos pensadores chaves na delimitação da concepção contemporânea sobre sexualidade, incluindo: (1) a identificação do momento em que ‘sexualidade’ como expressão começa a ser utilizada, assim como as formas que desde outras perspectivas filosóficas tomou a produção de conhecimento sobre o erótico/sexual (p.ex. o discurso sobre erotismo na antiguidade; o discurso sobre virtude no Medievo); (2) o papel da produção de um discurso sobre sexualidade como um mecanismo de controle dos corpos; e (3) a possibilidade de ver a sexualidade como um dispositivo complexo que, justamente, definiu uma ordem social no referente ao erótico/sexual e a reprodução durante os inícios da modernidade.

Uma segunda vertente é a seguida por Jeffrey Weeks, que no livro “O Mal Estar da Sexualidade” (1985) se concentra na construção da sexualidade como objeto da ciência dos séculos XIX e XX. É especialmente útil sua descrição da abordagem do sexual desde distintas disciplinas definidas em seu momento como científicas (ou filosóficas) ao largo de algo mais que cem anos, construindo um relato coerente da relação entre tais momentos e a história mundial do último século. Assim, desde as colocações iniciais da *Psychopathia Sexualis* de Kraft-Ebing na definição e taxonomização do que considerava anomalias sexuais como, justamente, psicopatias, passando pelos aportes de Freud e da psicanálise (e particularmente suas posições sobre o conflito entre felicidade e civilização); as contribuições de Ellis e a antropologia pós-colonial (de Malinowski, Mead e outros) ao descrever uma enorme diversidade de significados sexuais na análise transcultural; a marca dos filósofos marxistas freudianos (Reich, Marcuse, Fromm) que postulavam a necessidade de uma liberação da sexualidade reprimida; o positivismo dos sexólogos que (desde várias vertentes: Kinsey e Pomeroy sobre “a conduta sexual humana”; Masters e Johnson sobre a resposta fisiológica à excitação sexual; e outros) definiram uma nova forma de gerar conhecimento sobre o sexual, ainda que enfatizando de maneira essencial a necessidade de um funcionamento ‘normal’ do corpo desde o ponto de vista sexual, incluindo a obtenção de prazer, e a necessidade de intervenções biomédicas e

psicoterapêuticas para assegurá-lo; e finalmente as metanarrativas da etologia, interpretando o comportamento sexual em sua relação com a evolução biológica, a seleção natural e a prevalência dos mais preparados. O argumento integral de Weeks analisa as formas de produzir conhecimento, assim como o discurso produzido, em relação com os grupos disciplinares e o contexto histórico, tratando de identificar aportes e limitações de cada perspectiva para a construção de um discurso que se entende não como o descobrimento de uma realidade sexual, mas como um entendimento historicizado, politizado e, no que for possível, consensuado, do erótico sexual em um mundo definido talvez com a meta de aceitação e inclusão de uma diversidade ‘benigna’.

Uma terceira vertente de reflexão se situou sobretudo nos anos oitenta, e se centrou nos debates entre ‘essencialismo’ e construtivismo social. Esta linha de trabalho teve como referências importantes os aportes de Foucault e de Gayle Rubin. Em boa parte, se trata de uma série de ensaios que principalmente desconstruem o saber sexológico, psicológico ou biológico sobre a sexualidade e a diferença sexual, e claramente postulam a centralidade do político (e as limitações da possibilidade de ‘ser objetivo’) na produção de conhecimento sobre a sexualidade. Talvez um dos focos desta discussão, que ressurge de tempo em tempo, é o debate se a orientação sexual é biologicamente determinada ou socialmente construída. Parte deste ressurgimento esporádico resulta do desenvolvimento da biologia molecular e da possibilidade de articular um discurso muito mais específico e analisar muitas novas hipóteses sobre o determinismo biológico da orientação sexual. Note-se que tal conceito (“orientação sexual”) se utiliza apesar de sua ambiguidade na análise transcultural, sem contar com a ambiguidade aparente entre “identidade (sexual e de gênero)”, “orientação sexual” (no sentido de desejo preferente por alguém de um ou outro sexo) e “conduta sexual” (homo, hetero- ou bissexual, no sentido do sexo das pessoas com as quais um indivíduo se relaciona sexualmente). A crítica destas posturas vem sobretudo desde a perspectiva do construtivismo social e é colocada geralmente desde os campos disciplinares da antropologia e da sociologia, no marco dos estudos culturais e dos “*gay and lesbian studies*”. Não obstante, um dos aspectos mais interessantes do debate em si mesmo foi que os

argumentos ‘essencialistas’ foram postulados não por biólogos mas sim, em muitos casos, por ativistas e pensadores da orientação sexual como uma ‘essência’ ou traço inato que é precursor da identidade e fator constituinte da comunidade, em contraposição a uma vaga, imaginária e despolitizada ‘construção social’⁵.

A resposta global à epidemia de HIV/AIDS definiu, nas últimas três décadas, uma linha adicional de geração discursiva sobre a sexualidade. Esta se gerou desde inícios dos anos oitenta sobretudo (1) na investigação epidemiológica sobre condutas sexuais associadas ao risco de infecção pelo HIV; e (2) na investigação psicológica cognitiva sobre fatores associados a condutas sexuais ‘de risco’ (i.e. os estudos “de conhecimentos, atitudes e práticas”) e estratégias educativas para modificar estas últimas. No início dos anos noventa se deu um impulso maior à investigação qualitativa sobre sexualidade e risco, desde a antropologia, e os estudos envolvidos enfatizaram as culturas e significados sexuais. Se escreveu muito sobre o fracasso dos esforços iniciais de abordar a prevenção de forma universal através de modelos cognitivos para a mudança de condutas, no que partiam de uma série de pressupostos problemáticos: (1) a conduta sexual humana varia da mesma forma e entre os mesmos limites em todas as culturas; (2) os significados sexuais são os mesmos para todos; (3) a conduta sexual está determinada cognitivamente e pode ser modificada mediante estratégias cognitivas. Neste sentido, a abordagem da diversidade cultural postulada pela etnografia colocou em princípio que se deveria ter em conta a diversidade cultural (em práticas, significados, normas, etc), ainda que não necessariamente resolvesse estas questões com recomendações específicas. Foi então necessário utilizar modelos teóricos que deram conta da exclusão social e vulnerabilização para interpretar as particularidades culturais junto com outros marcadores sociais (p.ex. classe, etnia) como associados à maior exposição ao risco, causados por determinantes específicos (determinantes sociais) e postulando a necessidade de mudanças mais complexas no entorno como prerequisite para a diminuição de condições de vulnerabilidade. Por exemplo, se reconheceu que a construção social do gênero podia em

5 Ver, por exemplo, Ortiz, 1993

alguns casos tornar impossível que muitas mulheres (e pessoas transgênero) se protegessem em um contexto no qual os homens definem o conteúdo das práticas sexuais do casal, ou no qual a cultura prescreve estes padrões de maneira bastante fixa. Logo este marco incorporou melhor as noções de empoderamento e participação comunitária que incluíram a possibilidade de fortalecer a *agência* dos grupos excluídos, em contraposição à sua visão passiva como “grupos vulneráveis” que não tem capacidade de atuar.⁶

É possível que a enorme e bem financiada agenda de investigação em prevenção do HIV/AIDS esteja contribuindo para a definição de discursos científicos sobre sexualidade que são crescentemente diferenciados e podem chegar a ser irreconciliáveis, com uma perspectiva mais essencialista (desde a epidemiologia hegemônica e a psicologia cognitiva) e outra mais contextualista (desde a epidemiologia social e as ciências sociais).

Em quinto lugar, e como exemplo da vertente ‘contextualista’ acima assinalada, é conveniente assinalar a importância crescente do interacionismo simbólico como um marco teórico no qual muito da investigação sobre sexualidade tem efeito. Dentro deste marco, tem sido particularmente importante o papel da teoria dos roteiros (*scripts*) sexuais (Simon & Gagnon, 1986), que contribuiu para o entendimento das interações sexuais a partir da relação entre cenários culturais (as normas sociais em relação com o sexual), os roteiros interpessoais (os padrões de relação entre as pessoas, tanto em seus aspectos normativos como permitindo a recriação de formas de relacionamento) e finalmente os roteiros intrapsíquicos (a visão pessoal da realidade sexual, considerando a experiência individual e a reflexão introspectiva). Esta teoria se afasta de maneira significativa das aproximações cognitivas no entendimento da conduta sexual, e incorpora distintos níveis de determinação ou estruturação da conduta sexual. Por exemplo, os cenários culturais podem ser interpretados como demarcados por elementos estruturais (marcos legal-normativos), práticas institucionais (o matrimônio, as relações econômicas, etc) e outros fatores de diferença (classe, etnia, etc).

6 Um dos autores deste texto realizou uma análise deste processo (Cáceres e Race, no prelo)

Finalmente, a partir sobretudo da filosofia e mais propriamente dos estudos culturais, no início da década dos noventa surge a teoria *queer*. Esta foi também inspirada pelo trabalho seminal de Foucault, e tem entre seus principais representantes Judith Butler, Eve Sedgwick, Daniel Halperin e Adrienne Rich, entre outros⁷. Ainda que alguns vissem nesta uma análise da identidade, esta linha de reflexão é mais claramente uma crítica da heteronormatividade. De fato, a teoria usa a expressão “*queer*” menos como uma identidade que como uma crítica corporalizada da identidade, incluindo uma discussão do papel da representação (*performance*) na criação e sustentação da identidade, das formas em que estas identidades mudam ou resistem à mudança, da base da sexualidade e do gênero não naturais ou socialmente construídos, e das relações de poder definidas pela heteronormatividade. De algum modo, a teoria *queer* define a aproximação mais direta a uma crítica do discurso desde a heteronormatividade, ainda que não se refira especificamente às práticas científicas e à produção de conhecimento científico.

Ciência e medicalização.

As maiores possibilidades de esquadramento e intervenção do campo científico sobre a vida quotidiana da população geral estão na área da saúde (Boltanski, 1984). Se por um lado isto trouxe inegáveis benefícios em termos de alívio ou prevenção de vários problemas que levam ao sofrimento, também criou oportunidades para justificar várias formas de marginalização ou de opressão de vários grupos. Um mecanismo fundamental neste processo é o da medicalização, definida por um dos principais autores neste campo como “um processo pelo qual problemas não médicos se tornam definidos e tratados como problemas médicos, usualmente em termos de doenças e desordens” (Conrad, 2007:4).

Conrad aponta para o que chama de “motores da medicalização”, enfatizando que a mesma não deve ser confundida com alguma forma de imperialismo médico, tendo fontes múltiplas em várias instâncias da sociedade. Uma parte do processo é alimentada por óbvios interesses econômicos,

⁷ Ver Butler, 1990; Sedgwick, 1990; Grosz, 1995

fazendo com que doenças sejam praticamente inventadas, ou definidas de forma a incluir um número maior de pessoas acometidas do que seria razoável, de modo a aumentar o mercado para determinados produtos farmacêuticos (Cassels & Moynihan, 2005).

De um modo complementar, preconceitos de toda ordem podem ser legitimados por olhares enviesados da ciência, contribuindo para a estigmatização de determinados grupos humanos, como foi feito no passado com relação à chamada “homossexualidade” (categoria ela própria, como visto na seção anterior, que teve na medicina uma importante instância de sua criação), considerada um tipo de distúrbio mental, ou na construção de discursos essencializados sobre diferenças de gênero que inevitavelmente colocam as mulheres em condição “naturalmente” inferior, ou que transformam aspectos do ciclo de vida das mulheres em doenças – como a desordem disfórica pré-menstrual – ou, no mínimo, como objeto incessante do esquadramento das pesquisas epidemiológicas (Faerstein, 1989).

A medicalização da sexualidade também se expressa pela produção de drogas para “disfunção sexual” (originalmente masculina, com imenso sucesso de vendas que tem levado, até o momento de sucesso, a repetidas tentativas de produção de quadros diagnósticos comparáveis para as mulheres), que reduzem a expressão da sexualidade à performance, sem nenhuma consideração quanto ao desejo e à produção e compartilhamento do prazer.

Conclusão.

O discurso científico tem rebatimentos diretos em relações de poder. Nas sociedades industriais contemporâneas, fortemente atravessadas pelos produtos da tecnociência, a ciência é tida como o principal dispositivo de produção de verdades, com repercussões em todas as esferas da vida humana.

Como foi apontado neste texto, ainda que de forma resumida, é possível apontar vários momentos na história das disciplinas científicas relevantes para as questões de sexualidade e gênero em que concepções ideológicas sobre o que é “natural”, “normal” e “saudável” foram sacramentadas como parte do discurso científico, contribuindo para a opressão e estigmatização de formas divergentes de

sexualidade – ou mesmo da sexualidade como um todo, reprimida de várias formas – bem como a subjugação das mulheres, pela designação “científicas” de limites bem específicos para seu lugar na sociedade.

Um aspecto que não abordamos neste texto foi o da tensão entre um discurso que se pretende universal e a inevitável especificidade local do conhecimento produzido necessariamente em condições socialmente situadas. Isto é, o discurso científico sobre gênero, por exemplo, se apresenta como sendo invariável em qualquer parte do globo; qualquer cientista diria as mesmas coisas sobre o tema, não importando sua nacionalidade ou localização atual. E pelo mesmo critério, a validade do seu discurso seria a mesma, da Patagônia ao norte do Québec, da floresta Amazônica ao centro de Tóquio. O exame crítico dos processos de formulação e circulação do conhecimento, contudo, mostra que estes ideais dificilmente refletem as circunstâncias efetivas do mundo vivido da ciência. Note-se, contudo, que como optamos nesse artigo por apresentar um quadro teórico geral de referência, não nos detivemos em exemplos desta localidade do discurso científico sobre a sexualidade e o gênero, embora estes não sejam difíceis de localizar nas referências que utilizamos.

A perspectiva dos *science studies*, ao mostrar as limitações da produção de conhecimento no marco da ciência, é uma importante ferramenta política para permitir a desestabilização destes discursos excludentes e estigmatizadores. Daí não se segue, contudo, que toda a ciência seja um infundável exercício de reificação de preconceitos como ferramenta de controle e opressão; as críticas que permitem a desmontagem de tais discursos surgem do próprio campo científico.

Do ponto de vista deste campo, a crítica da ciência que desmonta o mito do saber absoluto ao declarar claramente sua característica de atividade humana, colocando em questão concepções de “neutralidade” e “objetividade” não significa que os cientistas estariam de mãos desatadas para agir como bem entendessem; ao contrário, a incorporação desta perspectiva ao campo da ciência aumenta a responsabilidade do cientista pelo seu próprio fazer.

A ciência como prática inclui a crítica reflexiva; é a partir desta perspectiva que se pode pensar

na produção de alianças que permitam a construção de uma ciência que siga o lema proposto pelo já citado Boaventura de Souza Santos, do “conhecimento prudente para uma vida decente”.

Referências:

- BIRKE, L *Women, feminism and biology: the feminist challenge*. Brighton: Harvester, 1986.
- BLEIER, R *Science and gender – a critique of Biology and its theories on women*. Teachers College Press, 1997
- BOLTANSKI, L *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1984
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990
- CÁCERES, C & RACE, K *Knowledge, Power and HIV/AIDS: Research Evidence in the Global Response*. In: AGGLETON, P & PARKER, R *Routledge Handbook of Sexuality, Health and Rights*. London: Routledge, no prelo
- CASSELLS, A & MOYNIHAN, R. *Selling sickness: how the world's biggest pharmaceutical companies are turning us all into patients*. New York: Nation Books, 2005
- CITELI, MT *Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento*. *Rev. Estud. Fem.*, 2001, vol.9, no.1, p.131-145
- CONRAD, P *The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders*. Baltimore: The Johns Hopkins Univ. Press, 2007
- FAERSTEIN, E 1989 Ideologia, normas médicas e racionalidade epidemiológica: o caso do câncer genital feminino. *Cad. IMS*, 3(1):173-186, 1989
- FAUSTO-STERLING, A *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Myths of the gender: biological theories about women and men*. New York: Basic Books, 1992.
- FLAX, J. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991, pp217-250.
- FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidad (I. Introducción): La Voluntad de Saber*. México: Siglo XXI Editores, 1976.
- GROSZ, E *Space, Time, and Perversion: Essays on the Politics of Bodies*. London: Taylor and Francis, 1995
- HACKING, I *The social construction of what?* Cambridge (Mass.):Harvard University Press, 1999
- HALL, AR *A revolução na ciência: 1500-1570*. Lisboa:Edições 70, 1988
- HARAWAY, D Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. No. 5, pp7-42, 1995.
- HARDING, S A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1993, vol1, no.1, pp.7-20.
- HARDING, S *The science question in feminism*. Cornell University Press, 1986

- HARTSOCK, N The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, S (Ed.) *Feminism and methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1986, pp.157-180.
- HUBBARD, R *The Politics of women's biology*. New Brunswick, New Jersey and London: Rutgers University Press, 1997
- KLEMKE ED, HOLLINGER R & RUDGE DW (eds) *Introductory readings in the philosophy of science*. Amherst:Prometheus Books, 1998
- KOYRÉ, A *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro:Forense-Universitária, 1991
- KUHN, TS *The copernican revolution: planetary astronomy in the development of western thought*. Cambridge (Mass.):Harvard University Pres, 1992
- LATOUR, B & WOOLGAR, S *Laboratory life - The construction of scientific facts*. Princeton: Princeton University Press, 1979
- LATOUR, B *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994
- LATOUR, B & CALLON, M *La science telle qu'elle se fait*. Paris:La Découverte, 1991
- LATOUR, B Why has critique run out of steam? from matters of fact to matters of concern. *Critical Inquiry*, Volume 30, Number 2, 2004
- ORTIZ, D *Creating Controversy: Essentialism and Constructivism and the Politics of Gay Identity*. Hein-Online.Va L.Rev 1993, 79:1833
- OUDSHOORN, N *Beyond the natural body, an archeology of sex hormones*. London and New York: Routledge, 1994
- POPPER, K *A lógica da descoberta científica*. São Paulo:Ed. Cultrix, 1989
- SANTOS, BS *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro:Editora Graal, 1989
- SEDGWICK, EK *Epistemology of the Closet*, Los Angeles: University of California Press, 1990
- SHAPIN, S *The scientific revolution*. Chicago:The Chicago University Press, 1996
- SIMON, W & GAGNON, J. Sexual Scripts: Performance and Change. *Archives of Sexual Behavior* 1986; 15 (2), 97-120
- WEEKS, J *Sexuality and its discontents: Meanings, myths and Modern Sexualities*. London: Routledge, 1985
- WIJNGAARD, M *Reinventing the sexes: the biomedical construction of femininity and masculinity*. Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, 1997